

Negacionismo endógeno no jogo acadêmico da Educação Física

RESUMO

Neste ensaio, desenvolvo o conceito de negacionismo endógeno, um tipo específico de negacionismo científico cultivado dentro do campo acadêmico, que busca deslegitimar pesquisas qualitativas das Humanidades. O texto tem três seções. Na primeira, trato das características do negacionismo vulgar a partir de breve retrospectiva histórica, e destaco as táticas de supressão de termos científicos em prol do controle da narrativa política. Na segunda, discuto casos de fraude acadêmica praticadas contra revistas das Ciências Sociais e Humanas como estratégia intencional de desacreditação da área, e analiso a abjeção ao termo “práticas corporais” como um rastro do negacionismo endógeno no léxico da Educação Física. Na terceira, reflito sobre a relevância da formação editorial em programas de pós-graduação no combate a preconceitos entre áreas do conhecimento. Em conclusão, defendo a desconstrução da retórica da ignorância, mola propulsora de negacionismos de toda ordem, como forma de preservação da pluralidade epistêmica na Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Domínios científicos; Desonestidade científica; Programas de formação de editores científicos; Educação física e treinamento

Alex Branco Fraga

Doutor em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Departamento de Educação Física, Fisioterapia
e Dança, Porto Alegre, Brasil.
Universtiy of Toronto, Faculty of Kinesiology
& Physical Education, Toronto, Canada.

brancofraga@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6881-1446>

Endogenous denialism in the academic game of the Physical Education field

ABSTRACT

In this essay, I develop the concept of endogenous denialism, a specific type of scientific denialism cultivated within the academic field, which aims at delegitimizing the validity of qualitative research in the humanities. The text has three sections. In the first section, I deal with the characteristics of vulgar denialism from a brief historical retrospective, and I highlight the tactics of suppressing scientific terms in favor of the control of the political narrative. In the second section, I discuss cases of academic hoaxes played against Social Sciences and Humanities journals as an intentional strategy to discredit the area and analyze the abjection of the term “physical culture” as a trace of endogenous denialism in the lexicon of physical education field. In the third section, I reflect on the relevance of editorial training in graduate programs to confront prejudice between knowledge areas. In conclusion, I defend the deconstruction of the rhetoric of ignorance, the driving force of all kinds of denialism, as a way of preserving epistemic plurality in the physical education field.

KEYWORDS: Epistemology; Scientific domains; Scientific dishonesty; Training programs for science editors; Physical education and training

El negacionismo endógeno en el juego académico de la Educación Física

RESUMEN

En este ensayo, desarrollo el concepto de negacionismo endógeno; un tipo específico de negacionismo científico cultivado dentro del campo académico, que busca deslegitimar la validez de la investigación cualitativa en las humanidades. El texto tiene tres secciones; en la primera, trato las características del negacionismo vulgar a partir de una breve retrospectiva histórica, y destaco las tácticas de supresión de términos científicos en pro del control de la narrativa política. En la segunda, discuto casos de fraude académico contra revistas de Ciencias Sociales y Humanas como una estrategia intencional de desprestigio del área, y analizo la abyección del término “prácticas corporales” como rastro de un negacionismo endógeno en el léxico de la Educación Física. En la tercera, reflexiono sobre la relevancia de la formación editorial en los programas de posgrado para combatir los prejuicios entre áreas de conocimiento. En conclusión, defiendo la deconstrucción de la retórica de la ignorancia, energía propulsora de todo tipo de negacionismo, como forma de preservar la pluralidad epistémica en la Educación Física.

PALABRAS-CLAVE: Epistemología; Domínios científicos; Deshonestidad científica; Programas de formación de editores científicos; Educación física y entrenamiento

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 8 de outubro de 2021, o Brasil ultrapassava a marca dos 600 mil mortos vítimas da Covid-19. Número que indicava uma tragédia de proporções inimagináveis em nosso país, que poderia ter sido minimizada se não estivéssemos à mercê de um governo que desde o início da pandemia combateu medidas não farmacológicas, promoveu medicamentos ineficazes, atrasou deliberadamente a aquisição de vacinas e, fundamentalmente, negou acintosamente a ciência baseada em evidências.

Nesse caldo de cultura necropolítica¹, que ganhou força no Brasil do governo de Jair Messias Bolsonaro, os males são de várias ordens, mas, sem dúvida, o negacionismo científico exerce aí um papel preponderante na alavancagem desse fenômeno macabro. Ele não é exclusivo da realidade brasileira, nem é algo novo, tampouco desaparecerá tão rapidamente quanto desejamos. O negacionismo científico está no meio de nós e, apesar de ter características e modo de funcionamento bem regulares, não se apresenta de uma só maneira.

O “negacionismo endógeno” é um tipo específico de manifestação desse fenômeno cultivado dentro do próprio campo acadêmico². Essa linhagem, bem mais difícil de reconhecer do que a sua versão mais vulgar, vem há um bom tempo tentando pôr em xeque a validade científica das pesquisas qualitativas produzidas pelas diferentes disciplinas das Humanidades. Em campos demarcados pela pluralidade epistemológica, tal como a Educação Física, esse fenômeno pode ser localizado em meio às disputas por legitimação científica e, conseqüentemente, por mais espaço político dentro do jogo acadêmico.

Neste ensaio, remonto e amplio o texto de duas palestras³ que proferi sobre o tema em 2021. Na primeira parte, trato das principais características do negacionismo científico vulgar a partir de uma breve retrospectiva histórica, destacando o emprego de táticas de supressão de termos científicos com vistas a detenção do controle da narrativa política; na segunda, discuto casos de fraude acadêmica praticados contra revistas das Ciências Sociais e Humanas como estratégia intencional de desacreditação da área como um todo, e analiso a abjeção ao termo “práticas corporais” como um rastro do negacionismo endógeno no léxico da Educação Física; e, na terceira, proponho uma reflexão sobre a formação editorial em programas de pós-graduação *stricto sensu* como uma forma de combater preconceitos entre áreas do conhecimento. Por fim, defendo a necessidade de desconstruir a retórica da ignorância, mola propulsora de negacionismos de toda ordem, para afirmar a pluralidade epistêmica como patrimônio da Educação Física.

¹ Conceito desenvolvido por Achille Mbembe, cientista político camaronês, em um ensaio originalmente publicado na revista *Public Culture* em 2003. A tradução em língua portuguesa foi publicada sob a forma de livro, no ano de 2018, pela n-1 edições (REGATIERI, 2020).

² O termo negacionismo endógeno consta no texto de Josu Landa (2012). Esse autor o usa para identificar uma corrente de intelectuais latino-americanos que nega a existência de literatura sólida no continente, porém suas críticas estão mais centradas no processo de deslegitimação geográfica do que epistemológica. Já o jurista Lenio Streck (2020, p. 2) usa o termo “negacionismo epistêmico”, que está mais próximo do sentido de negacionismo endógeno aqui empregado, para localizar e combater aqueles que negam conceitos consolidados da ciência jurídica, o que ele chama de “terraplanismo jurídico”.

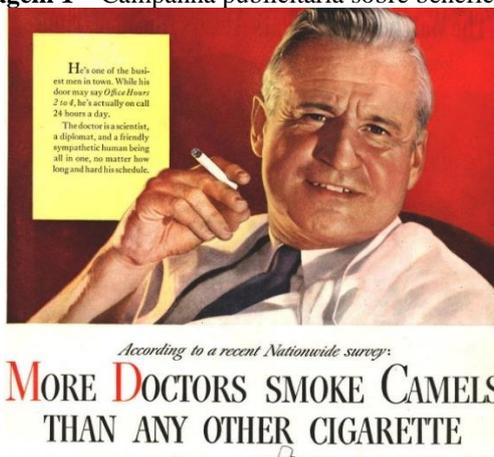
³ A primeira foi preparada para a mesa organizada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em 22 de julho de 2021, dentro da programação da 73ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Dividi essa mesa com a professora Simone Rechia e o professor Marcelo Húngaro, sob a mediação da professora Christiane Garcia Macedo. A segunda foi para a mesa de encerramento do 40º Simpósio de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ocorrida em 8 de outubro do mesmo ano, que contou com a participação do professor Pedro Hallal e mediação do professor Inácio Crochemore da Silva.

CARACTERIZAÇÃO DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO VULGAR

Em função da pandemia, um conjunto de artigos relacionados ao negacionismo científico emergiu com força de 2020 para cá⁴. Contudo, pouco antes, mais precisamente em 2016, em meio à campanha eleitoral que levou à eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos da América (EUA), já nos deparávamos com certa estupefação com defensores do “terraplanismo”, teóricos dos movimentos antivacinação e descrentes do aquecimento global, todos eles devedores das estratégias adotadas pela indústria do cigarro, nos anos 1950, para desacreditar cientistas que associavam o uso de tabaco ao câncer de pulmão e a ataques cardíacos (CUMMINGS, MORLEY E HYLAND, 2002).

De acordo com Ari Rabin-Havt (2016), autor do livro *Lies, Incorporated: The World of Post-Truth Politics*, as estratégias de contra-ataque da indústria norte-americana do cigarro aos estudos científicos, à época, foram em duas frentes: investimento em campanhas publicitárias e criação de um comitê de pesquisa. Em relação à primeira, peças de *marketing* foram criadas para tentar convencer a população de que o cigarro não era um vilão, pelo contrário, eventualmente poderia até mesmo trazer benefícios ao fumante. Para atingir esses objetivos, celebridades da TV e do cinema foram recrutadas, bem como profissionais de prestígio, especialmente médicos, como é possível notar na Imagem 1.

Imagem 1 – Campanha publicitária sobre benefícios do cigarro



Fonte: 1946 cigarette launched by R. J. Reynolds Tobacco Company. From the collection of Stanford Research into the Impact of Tobacco Advertising. Disponível em: <https://tobacco.stanford.edu/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

A segunda frente aberta pelos tabagistas foi a fundação da Tobacco Industry Research Committee (TIRC), criada a partir de um *pool* de empresas do ramo com o objetivo de desacreditar pesquisadores que vinham construindo evidências científicas sobre a correlação entre fumo e câncer de pulmão. Esse comitê de pesquisa foi inaugurado juntamente com o lançamento do Manifesto A Frank Statment to Cigarrete Smokers, em 4 de janeiro de 1954. O objetivo era contra-atacar de forma sistemática os estudos e os pesquisadores que apontavam os malefícios do cigarro para não arcar com as despesas decorrentes de tratamento das doenças associadas ao tabagismo⁵.

⁴ Para se ter uma noção do volume, em levantamento realizado na plataforma Google Acadêmico, por meio da chave de busca “negacionismo científico”, foram encontrados 47 trabalhos, no período de 2009 a 2019. Ao aplicar a mesma combinação de palavras para o período de 2020 a 2022, foram encontrados 1.010 trabalhos. O levantamento foi realizado em 23 de maio de 2022.

⁵ Em novembro de 1998, quando entrou em vigor o Master Settlement Agreement, o TIRC foi dissolvido. Este acordo, firmado entre 52 procuradores de estado e as quatro maiores companhias de tabaco dos EUA, estabeleceu as regras de

Essa campanha de persuasão foi retratada nas telas de cinema no filme *Thank you for Smoking*⁶, com o título em português de *Obrigado por Fumar* (2005), uma adaptação do romance do escritor americano Christopher Buckley, publicado pela primeira vez em 1994, pela editora Random House. O enredo gira em torno de um lobista que atuava no congresso americano em favor da TIRC, na década de 1990⁷.

A estratégia de ludibriar a opinião pública introduzida pela indústria norte-americana do tabaco passou a ser adotada pelos adeptos de outros nichos negacionistas, como o movimento antivacinação. Em função de uma falha no tradicional sistema de comunicação científica, o alarido contra as vacinas ganhou um estandarte: a publicação de um artigo falso na revista científica *Lancet*, um dos veículos mais prestigiados no mundo, que levou seu autor principal, Andrew Wakefield (1998), ao “estrelato” do movimento antivacinação ao redor do mundo. No referido artigo, os autores tentavam estabelecer correlações entre o desenvolvimento de autismo na infância com a aplicação de doses da vacina tríplice em um grupo de crianças.

Em 2004, dez dos doze coautores daquele artigo requisitaram retratação formal a *Lancet* sobre as interpretações dos achados daquele estudo, argumentando que não havia dados suficientes para tais conclusões (MURCH *et al.*, 2004). De acordo com Miller e Reynolds (2009), em artigo de revisão de evidências sobre autismo e vacinação, mesmo com a retratação⁸, os seis anos de exposição do artigo na *Lancet*, com o *status* de validado por pares, foi suficiente para alimentar uma onda negacionista que derrubou os índices de vacinação entre as crianças britânicas nos anos seguintes.

Alguns anos mais tarde, Andrew Wakefield, mesmo tendo sido execrado pela comunidade científica, pela falta de evidências naquela e em outras pesquisas, e após perder sua licença de trabalho na Grã-Bretanha por má conduta profissional, ressurgiu com força nos EUA, encontrando guarida entre os apoiadores de Donald Trump⁹. A reaparição dessa figura no cenário norte-americano, por mais estranho que possa parecer, está muito bem alinhada à mentalidade conspiracionista¹⁰ que sustenta governos da estirpe de Donald Trump, nos EUA, e de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil.

Em artigo intitulado *O Ataque Organizado à Ciência como Forma de Manipulação: Do Aquecimento Global ao Coronavírus*, publicado no *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, em 2020, Gabriela Pivaro e Gildo Giroto Júnior, após sumarização histórica das origens do negacionismo até os tempos atuais, destacam que os ataques orquestrados pelo Governo Trump contra a Ciência eram de várias ordens, envolvendo até mesmo a tentativa de proibição do uso de palavras como *evidence-based* e *science-based*, por agentes do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, o CDC, na sigla em língua inglesa.

O espanto de muitos cientistas daquele país foi generalizado, e as reações foram de várias ordens, incluindo a mobilização de diferentes comunidades científicas por meio do impulsionamento da *hashtag* #sciencenotsilence, tal como é possível constatar na matéria intitulada

ressarcimento dos custos do tratamento de doenças relacionadas ao tabagismo impostas às empresas signatárias e, com isso, pôs fim a uma série de disputas judiciais (SCHROEDER, 2004).

⁶ THANK you for smoking. Direção: Reitman, J. Fox Searchlight, 2006.

⁷ Michael Dennis Donnelly (2022), ao analisar a adaptação que Jason Reitman fez do livro para o cinema, afirma, baseado na taxonomia proposta por Patricia Roberts-Miller, que o filme acaba contribuindo para o fortalecimento da retórica da pós-verdade na esfera pública, pois deixa de evidenciar as controvérsias sobre o tabaco em nome da liberdade individual incondicional de expressão.

⁸ A título de curiosidade, mesmo aparecendo a tarja “retracted”, sobre todas as páginas, o artigo possuía 4.025 citações no Google Scholar, em 23 de maio de 2022.

⁹ Para mais informações, ver matéria de Sarah Boseley, intitulada *How Disgraced Anti-vaxxer Andrew Wakefield was Embraced by Trump's America*, publicada em 18 de julho de 2018, no *The Guardian*. Disponível em: <https://sfp.short.gy/AaCKKY>. Acesso em: 6 dez. 2021.

¹⁰ Para Mariana Lima Vilela e Sandra Escovedo Selles (2020), a mentalidade conspiracionista movimenta o negacionismo científico, e pode ser vista como uma estratégia ultraconservadora de manipulação da opinião pública em favor de suas crenças político-ideológicas.

The Truth about Those 7 Words 'Banned' at the CDC, escrita por Elizabeth Cohen, correspondente da Cable News Network (CNN)¹¹.

Nessa mesma matéria, consta que uma fonte do governo afirmou, em resposta à mobilização, não se tratar de banimento ou proibição de palavras, e sim de uma sugestão de termos a serem evitados por pesquisadores que pretendessem aumentar suas chances de financiamento pelo governo federal. Tratava-se, portanto, de uma forma inescrupulosa de banimento, uma chantagem financeira com recursos públicos.

Gabriela Pivaro e Gildo Giroto Jr (2020), ao mencionarem tal episódio, comparam a lista de palavras/conceitos a serem banidas/evitadas na era Trump com uma passagem do livro *1984*, de George Orwell. Nessa obra, o autor trata de uma das estratégias de supressão de liberdade implementadas pelo governo distópico daquela narrativa ficcional, por meio da invenção do “Newspeak”, idioma criado para, paulatinamente, suprimir o vocabulário, tanto por remoção ou contração de palavras, quanto por aglutinação de significados em uma mesma palavra (ORWELL, 2021). Como ensina o autor de *1984*, encolher o vocabulário é uma das formas mais eficientes de controlar a narrativa política e, conseqüentemente, o pensamento divergente.

Dada a forma dissimulada com a qual o movimento negacionista se propaga, nem sempre é fácil identificar seu *modus operandi*. Em artigo intitulado Denialism: What is it and How Should Scientists Respond? publicado em 2009, no *The European Journal of Public Health*, os autores Pascal Diethelm e Martin Mckee buscaram caracterizar o negacionismo científico e, com isso, ajudar no processo de identificação e combate de um movimento que vem se alastrando nos últimos tempos. Para esses autores, o negacionismo científico tem cinco características principais:

- 1) **Identificação de conspirações:** preferencialmente, ataques às avaliações por pares no universo acadêmico, pois elas estariam a serviço da fabricação de consensos com o objetivo de implantar uma ideologia contrária aos interesses ultraconservadores. No Brasil, essa prática foi usada à exaustão pelo “gabinete do ódio”¹² para contestar, por exemplo, a eficácia das vacinas no Brasil, em especial a da Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan, órgão do Governo do Estado de São Paulo, cujo governador à época era considerado adversário político preferencial do governo federal.
- 2) **Uso de falsos *experts*/desacreditação:** celebração de figuras com poucas credenciais no meio acadêmico e, simultaneamente, campanhas de difamação de cientistas renomados. No Brasil, vários médicos se posicionaram como falsos *experts*, especialmente os que saíram em defesa do chamado “*kit* Covid”¹³. Em relação aos ataques à credibilidade de figuras reconhecidas no meio científico, os exemplos em nosso país são muitos, mas cabe destacar os que foram endereçados a Dráuzio Varella, logo no início da pandemia, que tiveram grande repercussão em função de sua projeção na mídia.
- 3) **Seletividade:** ato de focalizar e disseminar massivamente artigos isolados que contrariam o consenso científico. Diethelm e Mckee (2009) citam o exemplo de Andrew Wakefield, o “pai” do movimento antivacinação. No Brasil, conforme Lenin Bicudo Bárbara (2020, p. 93), os casos da cloroquina em relação à Covid-19 e da fosfoetanolamina, que ficou conhecida como “pílula do câncer”, exemplificam bem o uso político-ideológico "de experiências clínicas não-controladas e pesquisas de baixa qualidade metodológica como se fossem provas contundentes de eficácia terapêutica".

¹¹ Disponível em: <https://sfp.short.gy/Jk28iN>. Acesso em: 6 dez. 2021.

¹² Para mais informações sobre o gabinete do ódio, ver matéria intitulada Assesores do 'Gabinete do Ódio' Admitem Atuar na Comunicação do Governo, escrita por Igor Mello e Juliana Dal Piva, e publicada no *site* UOL. Disponível em: <https://sfp.short.gy/W5W3cg>. Acesso em: 6 dez. 2021.

¹³ “*Kit* Covid”, ou “tratamento precoce”, foram as nomenclaturas usadas para designar as ações do governo federal, durante a pandemia, em favor do uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, especialmente a cloroquina, a hidroxicloroquina e a ivermectina, sugeridos pelos negacionistas como uma opção “segura” às vacinas (SANTOS-PINTO; MIRANDA; OSORIO-DE-CASTRO, 2021).

- 4) **Proposição de termos de comparação inaplicáveis:** Conforme Diethelm e Mckee (2009), os negacionistas alegam, por exemplo, não ser possível estabelecer comparações precisas acerca da elevação da temperatura pelo simples fato de não existirem registros anteriores à invenção do termômetro. No Brasil, comparações descabidas entre os índices de mortes da Covid-19 e os de febre amarela, dengue, tuberculose, aids e sífilis viralizaram nas redes sociais. O objetivo era o de confundir os índices de letalidade com os de mortalidade entre doenças com formas de transmissão e contágio distintas¹⁴. Em suma, a lógica é: se não há como provar 100%, então, não há como acreditar em nenhum tipo de correlação científica.
- 5) **Uso de deturpações ou falácias lógicas:** basicamente, processo de “demonização do inimigo”. No texto, Diethelm e Mckee (2009) usam como exemplo o movimento desencadeado pelas companhias de tabaco para posicionar os defensores da restrição do fumo em um lugar de representação socialmente negativo, que passaram a ser chamados de “nico-nazis”, em uma clara tentativa de associar a imagem dos militantes antitabagistas à dos apoiadores do nazismo. No Brasil, defensores das medidas não-farmacológicas para redução da propagação comunitária da COVID-19 foram associados a vagabundos e comunistas¹⁵.

Das cinco características, o uso de falsos *experts*/desacreditação é a que se encontra mais detalhada no texto de Diethelm e Mckee (2009). Eles afirmam que a estratégia está diretamente ligada à capacidade dos negacionistas de aclamarem figuras sem qualificação acadêmica e, ao mesmo tempo, difamarem pesquisadores consolidados em suas áreas específicas, valendo-se de acusações infundadas, ou não diretamente ligadas ao processo de arguição científica. Insinuações de ordem pessoal, ou profissional, muitas vezes usando expressões de baixo calão, vem sendo empregadas repetidamente por negacionistas com o objetivo de minar um determinado estudo e/ou lançar dúvidas sobre as motivações do sujeito alvo do ataque.

No Brasil, um dos mais fortes e orquestrados movimentos dessa estirpe ocorreu em 24 de junho de 2021, data em que a diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, Jurema Werneck, e o colega Pedro Hallal, prestaram, lado a lado, depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia no Senado Federal. Dada a contundência e eloquência da intervenção de ambos, e a repercussão positiva junto à mídia, o “gabinete do ódio” passou a infestar as redes sociais com ataques ao trabalho e à reputação dos depoentes. Alguns deles chegaram a ser reproduzidos no transcorrer daquela sessão pelos senadores governistas.

Certamente, as cinco características apresentadas por Diethelm e Mckee (2009) não são suficientes para explicar um fenômeno tão complexo, mas ajudam a identificar quando uma ação negacionista está em curso. E a identificação das táticas de desacreditação é o primeiro passo para a construção de estratégias de enfrentamento a essa praga sorradeira que vem corroendo as diferentes formas de produção e comunicação científica.

A PRÁTICA DO NEGACIONISMO ENDÓGENO E SEUS RASTROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

O caso mais recente de ataque negacionista endógeno eclodiu em outubro de 2018. Trata-se do The Grievance Studies Affair, projeto desenvolvido por Helen Pluckrose, James Lindsay e Peter Boghossian e (2018), cujo objetivo era demonstrar a fragilidade do processo de revisão de revistas

¹⁴ Sobre assunto, ver a matéria publicada em 8 de setembro de 2020, no *site* UOL, intitulada Post confunde ao comparar letalidade da covid-19 com outras doenças. Disponível em: <https://sfp.short.gy/gea574>. Acesso em: 23 maio 2022.

¹⁵ A matéria 'Isolamento é coisa de comunista': os zaps bolsonaristas durante a pandemia, escrita por Thiago Herdy, e publicada no dia 3 de abril de 2020 no *site* O Globo/Época, ilustra bem o tema. Disponível em: <https://sfp.short.gy/8HEaJ8>. Acesso em: 23 maio 2022.

das Ciências Sociais e Humanas e, conseqüentemente, da área como um todo. Os autores partiam do pressuposto de que certos departamentos de algumas universidades americanas estariam corrompidos pela postura vitimista adotada por estudiosos dedicados a temas identitários, tais como gênero, etnia, sexualidade, classe etc. Por essa razão, consideravam imperioso fazer algo para “desmascarar a artimanha” e, assim, “livrar” as instituições desse “mal”.

Para pôr em prática o projeto, Pluckrose, Lindsay e Boghossian escreveram 20 artigos e os submeteram, sob nomes falsos, a revistas científicas cujo escopo é voltado a disciplinas da área de Humanidades. Em outubro de 2018, quando deram o experimento por encerrado, 7, dos 20 artigos falsos, haviam sido aceitos para publicação; a maior parte dos periódicos escolhidos como alvo eram do campo dos estudos culturais, em especial aqueles voltados aos estudos de gênero (STALLER, 2019; REILLY, 2020; REILLY, 2021; LAGERSPETZ, 2021). Os autores criaram um *website*¹⁶ para divulgar o projeto, no qual se encontram os artigos que produziram e alguns dos pareceres¹⁷ que receberam.

Em entrevista concedida ao jornalista Zack Beauchamp, do veículo americano *Vox Media*¹⁸, no mesmo mês em que o caso veio à tona, um dos autores do projeto chegou a reconhecer que o experimento havia falhado, visto que a fraude foi descoberta antes que eles mesmos a revelassem. Além disso, a maioria dos artigos submetidos foi rejeitada, e os que chegaram a ser publicados foram retratados¹⁹. O caso rendeu muitos debates, até mesmo a publicação de uma réplica dos autores do projeto (PLUCKROSE; LINDSAY; BOGHOSSIAN, 2021) a críticas que receberam pela postura antiética adotada (COLE, 2021).

Quando analisados os materiais disponíveis sobre o projeto, e principalmente a veiculação do assunto na mídia, é possível perceber que algumas das principais características do negacionismo científico elencadas por Diethelm e Mckee (2009) estão ali contidas, a saber: (1) identificação de conspirações no processo de avaliação por pares; (2) uso de falsos *experts* para atacar a credibilidade das revistas alvo; (3) alarde quanto à fragilidade dos artigos submetidos e silêncio sobre os pareceres negativos recebidos; (4) proposição de termos de comparação descabidos e invenção de métodos que não foram de fato aplicados; (5) uso de falácias lógicas para deturpar correlações entre estudos publicados na área e lotação de militantes nos Departamentos de Humanidades das universidades.

Além de antiética, essa estratégia de publicação de artigos com o objetivo de “provar” a fragilidade da área de Humanidades não é original. Em 1996, o físico Alan Sokal escreveu um artigo (SOKAL, 1996a) no qual criticava sua própria área de pesquisa com argumentos propositalmente desconexos. O manuscrito foi publicado na *Social Text*, revista de estudos culturais que, à época, não adotava sistema de avaliação por pares. Imediatamente após a publicação, Sokal (1996b) revelou a fraude em artigo publicado no veículo de divulgação científica *Língua Franca*.

Assim como no The Grievance Studies Affair, o caso Sokal²⁰ recebeu muita cobertura da mídia, em sua maioria positiva, e bastante apoio no meio acadêmico, especialmente daqueles que não veem as Ciências Sociais e Humanas como Ciência de “verdade”. Trata-se, em ambos os casos,

¹⁶ Disponível em: <https://sfp.short.gy/QqmdEi>. Acesso em: 6 dez. 2021.

¹⁷ David Schieber (2018), em um texto intitulado A Strange Start to Peer Reviewing, analisa sua experiência como parecerista de um dos artigos oriundos do projeto The Grievance Studies Affair. Destaca o uso mal-intencionado de trechos do seu parecer, que foi de recusa, em um dos textos de Lindsay, Boghossian e Pluckrose (2018), à época disponível na página do projeto na internet.

¹⁸ Disponível em: <https://sfp.short.gy/knZPyc>. Acesso em: 6 dez. 2021.

¹⁹ Conforme Lagerspetz (2020), quatro dos sete artigos aceitos foram efetivamente publicados; e todos os quatro foram, posteriormente, retratados.

²⁰ Em língua portuguesa, destaco dois textos sobre o caso Sokal: (1) uma entrevista com o próprio autor realizada no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade de São Paulo (USP), quando veio participar do simpósio Visões de Ciência: Encontros com Sokal e Bricmont, e publicada na revista de *Antropologia* (EL FAR; HIKIJI, 1998); (2) A análise de Edgar Morin sobre o episódio, publicada pela revista *Famecos* da PUC/RS, com tradução de Juremir Machado da Silva (MORIN, 1999).

de algo deliberadamente projetado para desacreditar as pesquisas de cunho qualitativo produzidas por essa área de conhecimento, valendo-se dos mesmos artifícios e estratégias empregadas pelos negacionistas vulgares.

É interessante notar que casos de fraude têm sido observados em todas as áreas, e nas mais diferentes revistas; das mais às menos reputadas, como bem demonstra o caso do artigo de Andrew Wakefield (1998), publicado na revista científica *Lancet*. Contudo, quando casos assim são detectados nas Ciências Biológicas ou da Saúde, geralmente são tratados de forma individualizada, como uma falha localizada do sistema de avaliação, um ponto fora da curva, enquanto no caso das Ciências Sociais e Humanas, são tratados como um problema inerente à área de conhecimento.

No âmbito específico da Educação Física, apesar de não termos notícias de iniciativas similares às do caso Sokal e The Grievance Studies Affair, é possível notar rastros desse negacionismo endógeno em diferentes situações, como nos processos de reformulação curricular; no ranqueamento de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); na distribuição de bolsas de produção científica; no credenciamento de docentes em programas de pós-graduação *stricto sensu*; na definição de vagas em concursos públicos; e, até mesmo, nas tentativas de invalidação (banimento) de conceitos clássicos das subáreas sociocultural e pedagógica²¹.

Um dos exemplos nessa linha é a abjeção ao termo “práticas corporais”, considerado um entrave por quem atua na perspectiva biodinâmica. Na visão de alguns colegas dessa subárea, a utilização desse conceito, no Brasil “prejudicaria” a comunicação ao grande público de termos cientificamente consolidados na área, mais especificamente “atividade física”. Markus Vinícius Nahas e Leandro Martin Totaro Garcia (2010, p. 140-1), em artigo intitulado Um Pouco de História, Desenvolvimentos Recentes e Perspectivas para a Pesquisa em Atividade Física e Saúde no Brasil, deixam bem claro tal entendimento no seguinte trecho:

Esta confusão de “práticas corporais”, “cultura corporal”, e mesmo “movimento humano” quando se quer dizer atividade física – o termo mundialmente utilizado e compreendido – só dificultam a comunicação e veiculação de mensagens importantes para profissionais e para a população em geral. Isso é ainda mais grave quando tem origem em documentos de órgãos governamentais (grifos no original).

É curioso notar que “práticas corporais”, geralmente o termo mais abominado entre os três listados no trecho anterior, é encontrado na literatura de disciplinas como Antropologia, Sociologia, Psicologia Social e Educação. Apesar de se tratar de um texto publicado em uma revista científica, a contestação de Nahas e Garcia (2010) não está apoiada em uma revisão específica da literatura disponível²², tampouco na crítica ao marco teórico-conceitual sobre o qual o termo se sustenta. Advogar a rejeição da designação “práticas corporais” sem confrontação de argumentos não

²¹ Edison de Jesus Manoel e Yara Maria de Carvalho (2011), em artigo no qual caracterizam academicamente a Educação Física no Brasil, utilizam as designações biodinâmica, sociocultural e pedagógica, classificação originalmente esboçada por Go Tani (1996), para delimitar o escopo de cada uma das subáreas a partir da análise das áreas de concentração nos programas de pós-graduação.

²² Um dos artigos de revisão mais consistentes sobre o termo práticas corporais foi publicado na revista *Movimento* (LAZZAROTTI FILHO *et al.*, 2010); curiosamente, no mesmo ano da publicação do artigo de Nahas e Garcia. Três dos/as autores/as que assinaram o artigo de revisão produziram, em 2014, um verbete para o *Dicionário Crítico da Educação Física* (SILVA; LAZZAROTTI FILHO; ANTUNES, 2014), no qual constam atualizações sobre aquela revisão empreendida em 2010. Mais recentemente, George Manske (2022), em artigo intitulado Práticas Corporais como Conceito? retoma a discussão a partir da perspectiva filosófica pós-estruturalista.

qualifica a crítica sobre sua inserção em documentos oficiais brasileiros da Educação e da Saúde, bem como sua pertinência (ou não) para o campo de atuação profissional em Educação Física²³.

Em que pesem as diferenças de contexto e poder de influência, esse trecho do artigo de Nahas e Garcia (2010) é representativo de um movimento que busca, tal como vimos na lista de palavras a serem banidas/evitadas na “cartilha Trump”, a supressão de vocabulário como forma de controle político da narrativa acadêmica dentro do território específico da Educação Física. Desde há muito tempo, estratégias de cerceamento de terminologias, conceitos e expressões, que não correspondem às estreitas correlações de causa e efeito, vêm sendo usadas em disputas sobre a legitimidade acadêmica de certos objetos de estudo dentro da nossa conflagrada comunidade acadêmica²⁴.

Essa busca pela delimitação de temas de pesquisa exclusivos da Educação Física, remonta às propostas de redefinição da área inspiradas no movimento disciplinar norte-americano do final dos anos 1980 (NEWELL, 1990; WHITSON; MACINTOSH, 1990). Tal como observa Edison Manoel (2020), colegas brasileiros que haviam realizado os seus mestrados e doutorados nos Estados Unidos da América (EUA), no início daquela década, a maioria deles orientados pela perspectiva biodinâmica, retornaram ao Brasil persuadidos pela ideia de que era preciso, tanto aqui como lá, “pôr ordem no caos” acadêmico da área.

Inspirados na proposta de Karl Newell (1990), que propunha substituir a velha Educação Física pela repaginada Cinesiologia²⁵, adeptos desse movimento, à época, buscaram alinhar programas de ensino e de pesquisa ao vocabulário biomédico da atividade física e, conseqüentemente, dissociar a área da discursividade educacional (WHITSON; MACINTOSH, 1990).

Recentemente, iniciativas de ressignificação do termo atividade física passaram a incluir elementos de ordens cultural e social dentro de uma perspectiva holística (PIGGIN, 2020). O comentário de Thiago Sousa Matias e Joe Pigginn (2020), publicado na *Lancet*, em outubro de 2020, escrito em resposta ao comentário de Pedro Hallal e Michael Pratt (2020), publicado em julho, no mesmo veículo, traz à tona críticas ao movimento que busca reduzir o conceito de atividade física às variáveis biológicas. Mais especificamente, Matias e Pigginn (2020) contestam a premissa apresentada por Pedro Hallal e Michael Pratt de que dificuldades para a assimilação das recomendações atuais sobre atividade física à saúde, pela população, estariam relacionadas à ambigüidade das mensagens encontradas na literatura.

Na visão de Hallal e Pratt (2020), a falta de precisão terminológica²⁶ seria um empecilho para a materialização das palavras na prática. Para Matias e Pigginn (2020), mensagens ambíguas, na literatura especializada, geram ruídos na comunicação científica e, de fato, são problemáticas. Contudo, esses autores consideram muito mais problemática a imposição de mensagens em larga escala centradas na prevenção de doenças, pois estas não consideram o fato de que a intenção de ser, ou se tornar, fisicamente ativo está relacionada a um complexo conjunto de determinantes sociais.

Reivindicar uma conotação holística ao termo “atividade física” em contraponto à sua versão mais restrita é, sem dúvida, uma forma de ocupar espaço dentro da dominante “retórica físico-

²³ José Damico e Alan Knuth (2014) fazem uma análise crítica sobre a incorporação e o emprego desse conceito nos cenários de prática da Educação Física no campo da Saúde.

²⁴ Há um volume considerável de textos escritos em diferentes épocas que permitem entender, sob os mais diferentes enfoques, os contornos desse território conflagrado. Destacam-se, de modo especial, os trabalhos de Hugo Lovisolo (1996); Go Tani (1996); Valter Bracht (2000); Mauro Betti (2005); Carmen Soares (2007); Edison Manoel e Yara Carvalho (2011); Luís Carlos Rigo, Gabriela Ribeiro e Pedro Hallal (2011); Cibele Bossle e Alex Branco Fraga (2016); Edison Manoel (2017); Lazzarotti Filho e colegas (2018).

²⁵ De acordo com Edison Manoel (2020), o artigo de Go Tani (1996) foi o que melhor traduziu/sintetizou as aspirações do movimento disciplinar norte-americano sistematizadas por Karl Newell (1990).

²⁶ Um dos estudos mais recentes sobre o tema, no Brasil, trata da validade e clareza dos conceitos adotados pelo *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* (BENEDETTI *et al.*, 2021).

sanitária” (FRAGA, 2006). No entanto, iniciativas dessa natureza, independentemente do grau de criticidade que contenham, podem acabar contribuindo para o processo de enxugamento do repertório conceitual proveniente das subáreas sociocultural e pedagógica.

No caso em tela, a versão holística da atividade física significados constituintes do termo “prática corporal”, e de seu equivalente em língua inglesa “physical culture”²⁷, ao conceitochave da gramática biodinâmica. Trata-se, sem dúvida, de uma forma de resistência à dissimetria discursiva entre as subáreas, mas que indiretamente legitima uma posição de subordinação dentro dessa rede de relações de saber-poder.

A FORMAÇÃO EDITORIAL NO COMBATE AOS PRECONCEITOS EPISTÊMICOS

Um dos artigos mais recentes sobre a tensão entre campos do conhecimento científico decorrente da publicação de artigos fraudulentos foi escrito pelo finlandês Mikko Lagerspetz, e publicado em 2021 na revista *Science, Technology, & Human Values*. Nesse texto, o autor analisa em detalhes o projeto The Grievance Studies Affair, examinando cada um dos sete artigos que foram aceitos para publicação.

Além de apontar o forte viés político-acadêmico do referido projeto, e estabelecer comparações com o caso Sokal, Lagerspetz (2021) afirma que o objetivo do trio foi, de certo modo, frustrado, justamente porque as graves falhas éticas e metodológicas daquele experimento foram detectadas ao longo do processo de avaliação das submissões, o que os obrigou a revelar a fraude antes do previsto. Em suma, o argumento principal de Lagerspetz (2021) é de que o projeto falhou em sua missão de evidenciar a falta de qualidade no processo de revisão das revistas escolhidas exatamente porque o sistema, em sua maioria, funcionou.

Nesse artigo de Lagerspetz (2021), é interessante destacar que o autor sustenta, e de modo bastante consistente, que a redução desses exemplos de fraudes deliberadas passa, necessariamente, pelo investimento pesado no processo de qualificação da revisão por pares. Com base na argumentação de Lagerspetz (2021), dá para afirmar que para atingir tal meta é necessário que a formação de mestres e doutores não se restrinja, como ocorre em grande parte dos programas de pós-graduação brasileiros, ao desenvolvimento de uma tese e à publicação de artigos frutos desse empreendimento.

Por mais sólida que possa ser a formação no mestrado e doutorado, o domínio dos pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a produção de uma dissertação ou tese não asseguram à autoria desempenho satisfatório na tarefa de avaliar a produção acadêmica. O intrincado sistema de comunicação científica requer a aquisição de competências específicas que leve os futuros doutores a desempenharem diferentes funções editoriais, de parecerista a editor, com elevado grau de conhecimento sobre os processos de construção e divulgação do conhecimento científico, não apenas sobre o objeto de estudo específico sobre o qual possuem domínio.

Pelo menos desde o início da década de 2000, os programas de pós-graduação brasileiros, muito em função do sistema de avaliação adotado pelas agências de fomento Capes/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vêm investindo pesadamente na capacitação de “recursos humanos qualificados para a produção de conhecimentos relevantes e inovadores” (KOKUBUN, 2002, p. 11).

Tal ênfase elevou o nível da produção brasileira, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, mas acabou gerando uma supervalorização da publicação dos produtos da pesquisa sob o formato de artigos científicos (DONNELLY; FRAGA; AISENSTEIN, 2014; MANOEL, 2017; LAZZAROTTI FILHO *et al.* 2018), levando os programas de pós-graduação a deixarem em segundo plano o desenvolvimento de competências igualmente importantes para o desempenho de

²⁷ Para saber mais sobre o movimento, consultar o texto *Toward a Physical Cultural Studies* (SILK; ANDREWS, 2011), encartado em número especial sobre o tema publicado pela *Sociology of Sport Journal*.

um mestre e doutor no exercício de suas funções acadêmicas, tais como planejar a aprendizagem de estudantes do ensino superior; orientar trabalhos de conclusão; e avaliar a produção científica²⁸.

Contraditoriamente, o forte incentivo institucional à publicação de produtos gerados pelas pesquisas é inversamente proporcional à revisão de manuscritos submetidos às revistas científicas. O sistema de avaliação no Brasil premia a autoria de artigos publicados em revistas bem ranqueadas, mas não atribui o mesmo valor a quem desempenha as funções de avaliação/editoração desses artigos, que são justamente aqueles que movimentam a engrenagem da comunicação científica²⁹.

Na medida em que o trabalho de pareceristas e editores não é devidamente valorizado no sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, pouco se investe no processo de formação editorial, algo cada vez mais urgente nesse período de adoção, em larga escala, dos princípios e procedimentos da ciência aberta³⁰. Devido a essa distorção, boa parte dos/as integrantes de equipes de revistas, especialmente as nacionais, é formada por pessoas que, por terem vocação para o periodismo científico, aprenderam o ofício em serviço.

Tal abnegação pessoal, associada a iniciativas institucionais para gestão de revistas³¹, é o que ainda mantém a esmagadora maioria dos periódicos em atividade no Brasil, mas não sem sobrecarga³². O volume desproporcional de manuscritos submetidos às revistas, em comparação com a falta de dedicação exclusiva das equipes ao processo da avaliação, abre brechas para a publicação de artigos cientificamente frágeis, e/ou deliberadamente fraudulentos, que são usados seletivamente como bandeira ideológica pelos negacionistas de plantão.

Para minimizar os efeitos desse quadro, é necessário que os programas de pós-graduação projetem, especialmente nos currículos dos cursos de doutorado, espaço e tempo necessários para o aprendizado teórico-prático de tarefas pertinentes à avaliação de diferentes tipologias de manuscritos, tanto os provenientes de pesquisas quantitativas quanto qualitativas, independentemente da subárea do estudante. Compreender a função social da comunicação científica, bem como adquirir competências específicas para se desempenhar bem nessa seara, deve ser entendido como objetivo primário na formação não apenas para a preservação da integridade do mundo acadêmico, mas também para superação de preconceitos epistêmicos.

Inspirados nessa premissa, o professor Jefferson Loss e eu oferecemos ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) a disciplina intitulada Análise da Produção Científica: Elementos para a Elaboração de Pareceres Consubstanciados. A intenção era propiciar preparação teórico-prática para a elaboração de pareceres para revistas científicas de manuscritos de natureza quantitativa e qualitativa. Com base nessa demanda, traçamos um plano de ensino centrado nos elementos básicos que norteiam o processo de avaliação da produção científica na área da Educação Física. Além de discutir o cenário da comunicação científica, os estudantes tiveram a oportunidade de aprender a avaliar seis tipologias de manuscritos, sendo três de cunho quantitativo (artigo original, de validação de instrumentos; e de revisão sistemática com metanálise) e três de cunho qualitativo (artigo original, ensaio e resenha crítica).

²⁸ Trato dessas dimensões de competência requeridas a um doutor no exercício de suas funções universitárias no livro *Palimpsesto: Memorial de uma Trajetória Acadêmica* (FRAGA, 2021), uma adaptação do texto que apresentei como requisito parcial para promoção à classe de professor titular, na UFRGS.

²⁹ Esse tema é tratado mais detalhadamente no documento intitulado Fórum de editores de periódicos científicos da área de Educação Física - Carta de Porto Alegre (FÓRUM, 2019).

³⁰ Para saber mais sobre o debate a respeito da ciência aberta no Brasil, sugiro a leitura do texto de Marcelo de Souza Bispo (2022).

³¹ O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer) é, sem dúvida, uma das iniciativas mais impactantes. Lançado em 2003, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o Seer é uma versão customizada do Open Journal Systems da Public Knowledge Project, desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica no Brasil. Disponível em: <https://sfp.short.gy/mofNXL>. Acesso em: 7 maio 2022.

³² O tema da precarização do trabalho editorial é tratado no artigo de Kern e Uriona-Maldonado (2022).

Essa disciplina contou com uma distribuição proporcional de estudantes vinculados às linhas de pesquisa das duas áreas de concentração³³ do PPGCMH, e as duplas montadas para elaboração das tarefas levaram em conta o critério de diversificação “quali-quantitativo”. Apesar de o foco ser o processo editorial e suas armadilhas, notamos que a aprendizagem ultrapassou o que havia sido projetado, pois, para elaborar os pareceres, não bastava ter claros os critérios de rigor da tipologia em si, mas também uma boa noção dos pressupostos básicos que a sustentam.

A necessidade de buscar mais subsídios teóricos para avaliar consistentemente os artigos selecionados, gerou a compreensão ampliada, de parte a parte, da pertinência de cada modo de fazer pesquisa, e um sentimento de que há muito espaço para colaboração entre as subáreas. Além disso, esse “experimento” curricular ampliou de forma considerável a capacidade dos estudantes de doutorado de produzirem pareceres consistentes e analisarem as implicações político-acadêmicas de casos de desonestidade científica, tanto em pesquisas quantitativas, como o caso do artigo de Andrew Wakefield publicado na *Lancet*, quanto em pesquisas qualitativas, como The Grievance Studies Affair.

Apesar de estar circunscrito a um contexto muito específico de um programa de pós-graduação, e por mais singelo que tenha sido, o trabalho integrado e respeitoso entre estudantes de doutorado de diferentes linhas de pesquisa é um indicativo de que os ranços históricos na Educação Física não se construíram em função da diferença entre os modos de fazer pesquisa nas subáreas, e sim pelo uso político dessa diferença para obter vantagens e, conseqüentemente, mais espaço, dentro do jogo acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física é uma área demarcada pela pluralidade epistêmica e diversidade do campo de atuação profissional. Habilita licenciados e bacharéis; compõe tanto o Sistema Nacional de Educação quanto o Sistema Único de Saúde (SUS); vincula-se simultaneamente às Ciências da Saúde e às Ciências Sociais e Humanas. Dada essa configuração peculiar, a Educação Física tem alto potencial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que congreguem diferentes áreas do conhecimento, sustentados, por exemplo, em metodologias mistas. Mas, pelo mesmo motivo, é também campo fértil para o acirramento de disputas de poder e usos de táticas negacionistas endógenas que visam a reforçar cisões.

A disputa por espaço nos currículos dos cursos de graduação, por exemplo, é uma das mais acirradas dentro do campo acadêmico da Educação Física (FRAGA *et al.*, 2010). E se tornou ainda mais intensa pela demanda de reorganização curricular provocada pela Resolução CNE/CES n. 6 (BRASIL, 2018). Essa resolução estabeleceu o ingresso único para a licenciatura e o bacharelado com compartilhamento da primeira metade do curso entre os estudantes que vão concluir, depois de percorrerem, separadamente, a segunda metade do currículo, uma ou outra modalidade. Tal condensação fez diminuir o número de disciplinas, gerando debates veementes sobre a pertinência da oferta de determinadas atividades de ensino.

Nesse processo, desenvolvido de modo remoto em função da pandemia da Covid-19, foi possível identificar algumas ações típicas do negacionismo endógeno. A estratégia, recorrente desde os primórdios do processo de “cientificação da Educação Física” (WHITSON; MACINTOSH, 1990), era a de contestar a validade dos postulados das subáreas sociocultural e pedagógica. O objetivo, nem sempre explícito, era ampliar o rol de disciplinas consideradas “verdadeiramente” científicas e, conseqüentemente, diminuir aquelas vinculadas às Humanidades.

A tentativa de estabelecer um pequeno centro de interesses sobre o que deve ser estudado em Educação Física e, por contraste, uma grande margem de “desinteresses”, que precisa ser

³³ (1) Movimento Humano, Cultura e Educação; (2) Movimento Humano, Saúde e *Performance*.

eliminada, ao contrário do que supõem os negacionistas endógenos, enfraquece não apenas as subáreas sociocultural e pedagógica, alvo mais frequente desse tipo de ataque, mas também a subárea biodinâmica, pois, indiretamente, essa disputa fratricida retroalimenta a teia discursiva do negacionismo vulgar.

Paradoxalmente, a disseminação de um linguajar virulento endereçado à Ciência baseada em evidências, e contra a reputação de cientistas, independentemente do seu índice *h*, tornou possível caracterizar, a contrapelo, a estirpe endógena do negacionismo científico, que há tempos transita em nosso campo. Tornou visível os laços de afinidade ideológica entre negacionistas vulgares e pesquisadores que contestavam, sem conhecimento de causa, a produção qualitativa oriunda das Humanidades.

Para reduzir os danos dessa pulsão epistemicida³⁴ ao ecossistema acadêmico, é fundamental reconstruirmos pontes entre as áreas do conhecimento. No caso específico da Educação Física, esse processo passa, necessariamente, pelo reconhecimento do caráter ideológico implícito no ato de reiteradamente ignorar o rigor metodológico, a densidade teórica e a relevância social da produção oriunda das subáreas sociocultural e pedagógica.

Certamente, não há como evitar certo grau de tensão no exercício argumentativo entre pensamentos divergentes, pois faz parte do “fair play” acadêmico, mas para enfrentar os ataques exógenos ao fazer científico e à produção do conhecimento, não basta paridade de armas, é preciso afirmar e defender, coletivamente, a pluralidade epistêmica como patrimônio da Educação Física. É um projeto de longo prazo, cujo primeiro passo é a desconstrução da retórica da ignorância, tanto no sentido de se autorizar a falar de um tema sem dominá-lo³⁵ quanto no de se expressar de forma virulenta; mola propulsora de negacionismos de toda a ordem.

REFERÊNCIAS

BÁRBARA, L. B. Da fosfoetanolamina à cloroquina: Notas sobre a politização da ignorância. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (orgs.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 91-94. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217998>. Acesso em: 7 maio 2022.

BENEDETTI, T. R. B.; BORGES, L. J.; STREIT, I. A.; GARCIA, L. M. T.; MANTA, S. W.; MENDONÇA, G.; BINOTTO, M. A.; CRISTOFOLETTI, M.; SILVA-JÚNIOR, F. L.; HALLAL, P. C.; PAPINI, C. B. Validade e clareza dos conceitos e terminologias do Guia de Atividade Física para a População Brasileira. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 2021, v. 26, p. e0212. DOI: 10.12820/rbafs.26e0212

BETTI, M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: Reflexão à luz da filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, v. 19, n. 3, p.183-97, jul./set. 2005. DOI: [10.1590/S1807-55092005000300002](https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000300002)

BISPO, M. de S. A impossibilidade da ciência aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, e210246, 2022. DOI: 10.1590/1982-7849rac2022210246.

BOSSLE, C. B.; FRAGA, A. B. A racionalidade biomédica desportiva e a materialização do fazer científico na matriz curricular do curso de Educação Física da UFRGS. **Movimento**, v. 22, n. 3, p. 877-888, 2016. DOI: [10.22456/1982-8918.59495](https://doi.org/10.22456/1982-8918.59495).

³⁴Expressão inspirada no conceito freudiano de “pulsão” (GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) e no de “epistemicídio”, inicialmente delineado por Boaventura de Souza Santos (GONÇALVES, R. de A.; MUCHERONI, 2021).

³⁵ Lenin Bicudo Bárbara (2020, p. 92) desenvolve o conceito de “politização da ignorância” com base nas formulações de Ulrich Beck & Peter Wehling, presentes no texto *The politics of non-knowing: An Emerging Area of Social and Political Conflict in Reflexive Modernity*. Bárbara destaca que, nessa formulação, ignorância tem o sentido de “não saber”, não abarcando a conotação pejorativa que atribuímos à palavra em língua portuguesa.

- BRACHT, V. Educação física & ciência: Cenas de um casamento (in)feliz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 22, n. 1, 2000. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/753/427>. Acesso em: 7 maio 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Educação Física. Resolução CNE/CES n. 6, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, **Diário Oficial da União**, n. 243, 19 dez. 2018, Seção 1, p. 48. 2018. Disponível em: <https://sfp.short.gy/phsXIT>. Acesso em: 7 maio 2022.
- COLE, G. G. The grievance studies affair: One funeral at a time: A reply to Pluckrose, Lindsay, and Boghossian. **Sociological Methods & Research**, 2021, v. 50 (4), p. 1937-1945. DOI: 10.1177/00491241211009949
- CUMMINGS, K. M.; MORLEY, C. P.; HYLAND, A. Failed promises of the cigarette industry and its effect on consumer misperceptions about the health risks of smoking. **Tobacco Control**, 2002, v.11, p. i110-i117. DOI: 10.1136/tc.11.suppl_1.i110
- DAMICO, J.; KNUTH, A. G. O (des)encontro entre as práticas corporais e a atividade física: Híbridizações e borramentos no campo da saúde. **Movimento**, v. 20, n. 1, p. 329-350, jan./mar. 2014. DOI [10.22456/1982-8918.39474](https://doi.org/10.22456/1982-8918.39474).
- DIETHELM, P; MCKEE, M. Denialism: What is it and how should scientists respond? **The European Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009. DOI: 10.1136/tc.11.suppl_1.i110
- DONNELLY, M. D. Representing rhetoric: Post-truth and the example of thank you for smoking, **Poroi** 16 (2) 2022. DOI: [10.17077/2151-2957.31096](https://doi.org/10.17077/2151-2957.31096)
- DONNELLY, P.; FRAGA, A. B.; AISENSTEIN, A. For a public sociology of sport in the Americas: An editorial call on behalf of a socially engaged scholarship on sport and physical education. **Movimento**, v. 20, n. esp., p. 9-20, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/52925/32867>. Acesso em: 7 maio. 2022.
- EL FAR, A.; HIKIJI, R. S. G. Entrevista com Alan Sokal. Entre a paródia e a denúncia: Trajetos de dois físicos nos bosques das humanidades. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, p. 215-233, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/133449>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- FRAGA, A. B. **Palimpsesto**: Memorial de uma trajetória acadêmica. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <https://sfp.short.gy/Jzs5x1>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- FRAGA, A. **Exercício da informação**: Governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados, 2006.
- FRAGA, A. B.; WACHS, F.; NUNES, R. V.; BOSSLE, C. B.; BASTOS, A. P. P.; BREUNIG, F. F. Alterações curriculares de uma escola septuagenária: Um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em Educação Física da Esef/ UFRGS. **Movimento**, Porto Alegre, edição especial Esef 70 anos, 2010. DOI: [10.22456/1982-8918.18232](https://doi.org/10.22456/1982-8918.18232)
- FÓRUM DE EDITORES DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2019. **Carta de Porto Alegre**. Porto Alegre: CBCE/FNEPCEF, 2019. Disponível em: <https://sfp.short.gy/BfTaCW>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- GONÇALVES, R. de A.; MUCHERONI, M. L. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, p. e5759, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759>. Acesso em: 23 maio. 2022.
- GUTIÉRREZ-TERRAZAS, J. O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. **Ágora**: Estudos em teoria psicanalítica, v. 5, n. 1, p. 91-100, 2002. Disponível em: <https://sfp.short.gy/jtf39q>. Acesso em: 23 maio. 2022.
- INGHAM, A. G. Toward a department of physical cultural studies and an end to tribal warfare. In: FERNANDEZ-BALBOA, J. (ed.), **Critical Postmodernism in Human Movement, Physical Education, and Sport**. Albany: State University of New York Press, p. 157-182, 1997.

- KERN, V. M.; URIONA-MALDONADO, M. O custo da precariedade: O colapso da saúde dos editores é também o colapso da revista. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 484-504, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245281.484-504>
- KOKUBUN, E. Pós-graduação em educação física no Brasil: Indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 2, 2003.
- LAGERSPETZ, M. "The grievance studies affair" project: Reconstructing and assessing the experimental design. **Science, Technology, & Human Values**, v. 46, n. 2, p. 402-424, 2021.
- LANDA, J. Leopoldo Zea y la invención permanente de América. **Guaragua**, v. 16, n. 41, p. 29-53, 2012.
- LAZZAROTTI FILHO, A.; SILVA, A. M.; DE CESARO ANTUNES, P.; DA SILVA, A. P. S.; LEITE, J. O. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 11-29, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/356>. Acesso em: 23 set. 2021.
- LAZZAROTTI FILHO, A.; MASCARENHAS, F.; STIGGER, M. P.; SILVEIRA, R. D.; SILVA, A. M. Tendências no campo da educação física brasileira. Análise dos documentos produzidos pela área 21 da Capes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 233-241, 2018. Disponível em: <https://sfp.short.gy/BYloQD>. Acesso em: 7 maio 2022.
- LINDSAY, J. A.; BOGHOSSIAN, P.; PLUCKROSE, H. Academic grievance studies and the corruption of scholarship. **Areo**, 2 Oct. 2018. Disponível em: <https://sfp.short.gy/SaMSvp>. Acesso em: 7 maio 2022.
- LOVISOLO, H. R. Hegemonia e legitimidade nas ciências do esporte. **Motus Corporis**, v. 3, n. 2, p. 51-72, 1996.
- MANOEL, E. J. As ciências do esporte/cinesiologia: Entre a arte, a ciência disciplinar e a ciência interdisciplinar ou como Alice (não) encontrou seu "caminho" no mundo das maravilhas. In: GALAK, E.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (orgs.). **Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE**, v. 3, Por uma epistemologia da educação dos corpos e da educação física, Natal: EDUFRN, v. 11, p. 65-78, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29064>. Acesso em: 07 maio 2022.
- MANOEL, E. J.; CARVALHO, Y. M. Pós-graduação na educação física brasileira: A atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, ago. 2011. DOI: 10.1590/S1517-97022011000200012.
- MANOEL, E. J. A formação em educação física, o kinesiólogos e "o homem que sabia javanês". **Pensar a Prática**, p. 230-239, 2017. DOI: [10.5216/rpp.v20i1.39536](https://doi.org/10.5216/rpp.v20i1.39536).
- MANSKE, G. S. Práticas corporais como conceito? **Movimento**, v. 28, p. e28001, jan./dez. 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.118810.
- MATIAS, T. S.; PIGGIN, J. Physical activity promotion: Can a focus on disease limit successful messaging? **Lancet**, v. 8 (10), p. e1263, 2020. DOI: 10.1016/S2214-109X(20)30355-7
- MILLER, L.; REYNOLDS, J. Autism and vaccination: The current evidence. **Journal for Specialists in Pediatric Nursing**, v. 14, n. 3, p. 166-172, 2009. DOI: 10.1111/j.1744-6155.2009.00194.x.
- MORIN, E. Autonomia ou dependência da ciência. **Revista Famecos**, v. 10, n. 2, p. 34-42, 1999. Porto Alegre. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1999.10.3026>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- MURCH, S. H. *et al.* Retraction of an interpretation. **Lancet**, v. 363, n. 9411, p. 750, 2004. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(04\)15715-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(04)15715-2).
- NAHAS, M. V.; GARCIA, L. M. T. Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 135-148, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000100012>.

- NEWELL, K. M. Physical education: Chaos out of order. **Quest**, v. 42, p. 227-42, 1990. DOI: 10.1080/00336297.1990.10483997.
- OBRIGADO POR FUMAR (Thank you for Smoking – EUA, 2005). Direção: Jason Reitman. Elenco: Aaron Eckhart, Eric Haberman, Cameron Bright, Maria Bello, J.K. Simmons. Duração: 92 minutos. Distribuição: Editora Europa.
- OLIVEIRA, M. B. Fraudes e plágios na ciência: A epidemia, o tratamento moralizador e seu fracasso. **Revista Adusp**, São Paulo, v. 60, p. 66 - 78, 31 maio 2017. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/60/mat05.pdf>. Acesso em: 7 maio 2022.
- ORWELL, G. 1984. Traduzido por Karla Lima. Jandira: Principis, 2021. Edição Kindle.
- PIGGIN, J. What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. **Frontiers in Sports and Active Living**, v 2(72), p. e-2-7, 2020. DOI: [10.3389/fspor.2020.00072](https://doi.org/10.3389/fspor.2020.00072).
- PIVARO, G. F.; JÚNIOR, G. G. O ataque organizado à ciência como forma de manipulação: Do aquecimento global ao coronavírus. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1.074-1.098, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1074>.
- PLUCKROSE, H.; LINDSAY, J.; BOGHOSSIAN, P. Understanding the “grievance studies affair” papers and why they should be reinstated: A response to geoff cole. **Sociological Methods & Research**, v. 50(4), p. 1916-1936, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00491241211009946>. Acesso em: 7 maio 2022.
- RABIN-HAVT, A. **Lies, incorporated**: The world of post-truth politics. Anchor, 2016.
- REGATIERI, R. P. Modernidade, terror e política da morte. **Caderno CRH**, v. 33, p. e020033, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33835>.
- REILLY, I. Airing grievances: Academic hoaxing and the performance of boundary work. **Lateral**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://sfp.short.gy/6em4lB>. Acesso em: 7 maio 2022.
- REILLY, I. Public deception as ideological and institutional critique: On the limits and possibilities of academic hoaxing. **Canadian Journal of Communication**, v. 45, n. 2, 2020. DOI: 10.22230/cjc.2020v45n2a3667.
- SANTOS-PINTO, C. B.; MIRANDA, E. S.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. e00348020, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00348020>.
- SCHIEBER, D. W. A strange start to peer reviewing. **Chronicle of Higher Education**, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.chronicle.com/article/What-the-Grievance/244753>. Acesso em: 10 maio 2022.
- SCHROEDER, S. A. Tobacco control in the wake of the 1998 master settlement agreement. **New England Journal of Medicine**, v. 350, n. 3, p. 293-301, 2004. DOI: 10.1056/NEJMs031421.
- SILK, M. L.; ANDREWS, D. L. Toward a physical cultural studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.28.1.4>.
- SILVA, A. M.; LAZZAROTTI FILHO, A.; ANTUNES, P. C. Práticas corporais. In: GONZÁLES, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (orgs.). **Dicionário crítico da educação física**. 3 ed., v. 1, p. 522-528, Ijuí: Unijuí, 2014.
- SOARES, C. L. Do corpo, da educação física e das muitas histórias. **Movimento**, v. 9, n. 3, p. 125-147, 2007. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2814>. Acesso em: 12 maio 2022.
- SOKAL, A. Transgressing the boundaries: Toward a transformative hermeneutics of quantum gravity. **Social Text**, v. 46-47, p. 217-252, 1996a. DOI: <https://doi.org/10.2307/466856>.
- SOKAL, A. A physicist experiments with cultural studies. **Lingua Franca**, 1996b. Disponível em: <http://linguafranca.mirror.theinfo.org/9605/sokal.html> Acesso em: 7 de maio 2022.

- STALLER, K. M. The darker side of a hoax: Creating a presumption of deception. **Qualitative Social Work**, v. 18 (2), p. 149-151, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1473325019833833>
- STRECK, L. Negacionismo epistemológico e a cirurgia com o médico “tranquilão”. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 10 março 2020. Disponível em: <https://sfp.short.gy/ot692s>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- TANI, G. Cinesiologia, educação física e esporte: Ordem imanente do caos na estrutura acadêmica. **Revista Motus Corporis**, v. 3, n. 2, p. 9-50, 1996.
- TOBACCO INDUSTRY RESEARCH COMMITTEE. **A frank statement to cigarette smokers**. Disponível em: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco/docs/#id=ggnn0102>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- VILELA, M. L.; SELLES, S. E. É possível uma educação em Ciências críticas em tempo de negacionismo científico? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1722-1747, dez. 2020. Disponível em: <https://sfp.short.gy/5MbNI7>. Acesso em: 7 maio 2022.
- WAKEFIELD, A. J. *et al.* Retracted: Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. **Lancet**, v. 351, p. 637-41, 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(97\)11096-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(97)11096-0).
- WHITSON, D. J.; MACINTOSH, D. The scientization of physical education: Discourses of performance. **Quest**, v. 42, n. 1, p. 40-51, 1990. DOI: 10.1080/00336297.1990.10483978.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Agradeço à colega Ana Márcia Silva e aos colegas Marco Paulo Stigger e Ricardo Rezer pela leitura crítica e pelas sugestões apresentadas às últimas versões do texto.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaro não haver conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no Portal de Periódicos UFSC (periodicos.ufsc.br). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos Editores ou da Universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITORES ASSOCIADOS DA SEÇÃO TEMÁTICA

Ricardo Rezer, Mariângela da Rosa Afonso, Inácio Crochemore

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória de Paula Duarte; Keli Barreto Santos.

HISTÓRICO

Encaminhado pelos Editores Associados em 31 de maio de 2022.